

## GILBERTO FREYRE, A HISTÓRIA AMBIENTAL E A ‘RURBANIZAÇÃO’<sup>1</sup>

*José Marcos Froehlich*<sup>2</sup>

*“Just as every region has a potential balance of animal life and vegetation, so it has a potential social balance between industry and agriculture, cities and farms, between built-up spaces and open spaces.” (Lewis Mumford)<sup>1</sup>*

**Resumo:** Este trabalho pretende realçar, trazendo para um primeiro plano, as abordagens de Gilberto Freyre a respeito de questões ambientais e ecológicas. Aponta-se que esta é uma preocupação recorrente em diversos de seus livros, presente já desde sua primeira e clássica obra, *Casa-Grande & Senzala*, escrita na década de 30, o que denota uma singular precocidade no trato da questão no âmbito das ciências sociais brasileiras. Analiza-se as colocações de Gilberto Freyre sobre a temática ambiental e ecológica cotejando-as com as considerações de campos disciplinares recentes na investigação científica, como a História e a Sociologia Ambientais. Fundamentais nestes campos são as aberturas para um tratamento científico interdisciplinar das temáticas que envolvem a relação da sociedade com a natureza, o que Gilberto Freyre já possibilitava antever na sua reflexão histórico-sociológica. Demonstra-se que o seu interesse por uma ‘ecologia social’ lhe proporcionou postular propostas de ‘desenvolvimento’ imbuídas de preocupações com o equilíbrio ecológico e ambiental, as quais estão na agenda das discussões sobre as relações campo-cidade (rurbanização) e a qualidade de vida contemporâneas.

Palavras-chaves: Gilberto Freyre; História Ambiental; Sociologia Ambiental; Ecologia; Rurbanização.

### **Introdução**

Gilberto Freyre, em sua vasta e qualificada produção, escreveu sobre muitos assuntos. Mas há um aspecto de sua obra que, hoje, chama bastante a atenção, pela preocupação recorrente e pelo pioneirismo de época, qual seja, suas tematizações sobre a ecologia e o ambiente e, daí decorrente, sobre as configurações espaciais cidade/campo. Tanto mais isto se reveste de um peculiar interesse quando constatamos que os estudos ecológicos/ambientais, no âmbito das ciências sociais, só vieram a ter um reconhecimento enquanto “campo disciplinar” do conhecimento a partir dos anos 70 (História Ambiental, Sociologia Ambiental, etc)<sup>2</sup>. Portanto, torna-se interessante perguntar, se ao relacionar elementos ecológicos com sociais e culturais já em obras publicadas na década de 30, estaria sendo Gilberto Freyre um sociólogo/historiador ambiental *avant la lettre*?

---

<sup>1</sup> Artigo publicado em **História Ciências Saúde – Manguinhos**. Rio de Janeiro: Fundação Oswaldo Cruz (FIOCRUZ), v. VII(2); Jul –Out. 2000.

<sup>2</sup> Prof. do Departamento e do Mestrado em Extensão Rural da UFSM. Doutor em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade.

Se tomarmos a História Ambiental, por exemplo, como uma nova disciplina ou modalidade de estudo e examinarmos alguns pressupostos orientadores deste “campo do conhecimento”, encontraremos como características gerais a análise focalizada de determinada região com alguma identidade natural ou “homogeneidade”, o diálogo sistemático com quase todas as ciências naturais, o exame das interações entre o elenco de recursos naturais úteis e inúteis e os diversos estilos civilizatórios dos grupamentos humanos, além de uma ampla gama de fontes relativas ao estudo das relações entre as sociedades e o seu ambiente; e tudo isto permeado por uma prática científica assentada na interdisciplinariedade (Drummond, 1991). Ainda segundo um dos “fundadores” desta modalidade de estudo histórico, *“This new history rejects the common assumption that human experience has been exempt from natural constraints, that people are a separate and uniquely special species, that the ecological consequences of our past deeds can be ignored.”* (Worster, 1990:1088). Uma ruptura, portanto, com o pressuposto Durkheimiano fundador da “ciência” social, de que os fatos sociais só podem ser explicados por outros fatos sociais, e com as resistências das ciências sociais, em suas diversas vertentes, em aceitar explicações da cultura através da biologia ou de qualquer outra ciência natural. Trata-se, em suma, de reconhecer e colocar a sociedade na natureza ou a natureza na história<sup>3</sup>.

Assim, se a História Ambiental é, nas palavras de Drummond(1991:185), *“...um campo que sintetiza muitas contribuições e cuja prática é inerentemente interdisciplinar. A sua originalidade está na sua disposição explícita de “colocar a sociedade na natureza” e no equilíbrio com que busca a interação, a influência mútua entre sociedade e natureza.”*, torna-se pertinente perguntar pela interdisciplinariedade e pelo equilíbrio na interação e influência recíproca entre sociedade e natureza na análise e reflexão sociológica empreendida por G. Freyre, e pelas suas proposições socioespaciais daí decorrentes. Tal é o propósito deste trabalho.

Para tanto, procederemos à análise de três livros de G. Freyre: *Casa-Grande & Senzala*(1ª ed. 1933), por ser sua obra mais expressiva e um clássico da sociologia no exame da formação histórica brasileira; *Nordeste* (1ª ed. 1937), por ser talvez seu livro mais “ecológico”, no sentido da atual “História Ambiental”<sup>4</sup>; e o seu *“Rurbanização: que é?”*(1ª ed. 1982)<sup>5</sup>, por ser uma espécie de desdobramento da preocupação ecológica/ambiental em

reflexões pretensamente subsidiadoras do planejamento ou ordenamento espacial brasileiro, o que é um aspecto particularmente polêmico e prolífico na sociologia sobre o rural na atualidade<sup>6</sup>.

Porém, antes de nos determos no exame de cada uma das três obras de G. Freyre aqui escolhidas para ilustrar sua genuína preocupação e tematização ecológico-ambiental, cabe explicitar alguns elementos que nortearam a trajetória intelecto-elaborativa destes seus trabalhos, segundo os próprios depoimentos do autor. Casa-Grande & Senzala (C.-G. & S.), por exemplo, foi estudado sob um critério não só sociológico, mas também sociopsicológico, sócio-ecológico e histórico-sociológico, como está dito no prefácio<sup>7</sup>. Através da noção de “espaço social”, pretendeu compreender um conjunto de regiões e áreas geográficas, étnica e culturalmente diversas, socialmente unificadas pelo patriarcalismo, monocultura e escravidão, porém, sempre condicionadas mas não determinadas por elementos de área ou de região geológica, botânica ou físico-geográfica, delineando formas sociais adaptáveis a diferentes substâncias. Ao relevar em sua obra os elementos naturais/ecológicos, G. Freyre sempre toma o cuidado de frisar o “condicionamento”, fugindo do “determinismo” biológico/natural na esfera da cultura, aspecto muito em voga ainda em quase toda a metade do século XX<sup>8</sup>. Porém, sua recusa a esse “determinismo” não o impede, como a muitos outros cientistas sociais da época, de jogar com dados e fatos não sociais para melhor explicar fenômenos sociais. A focalização da cultura não necessita nem recomenda o exclusivismo culturalista: segundo o que transparece em sua obra, é um jogo de nuances o que interessa compor.

A combinação ou a fusão dos métodos analítico e orgânico e a tendência integradora de conhecimentos presentes na elaboração de C.-G. & S.<sup>9</sup>, transborda de modo mais intenso para a obra *Nordeste*, no sentido da tematização mais especificamente “ecológica”. Este é a tentativa do “estudo ecológico” do Nordeste do Brasil, onde o critério é o ecológico, e o centro de interesse, o homem:

*“...fundador de lavoura e transplantador e criador de valores à sombra da agricultura, ou antes, da monocultura da cana. O homem colonizador, em suas relações com a terra, com o nativo, com as águas, com as plantas, com os animais da região ou importados da Europa ou da África.”(1937:17).*

Segundo o autor, este estudo exigiu incursões em várias especialidades (botânica, patologia, psiquiatria, etc), numa inteira amplitude científica de fontes: documentação antropológica, sociológica, histórica, psicológica, geológica, botânica, etc. O referido

“critério ecológico” estruturador do trabalho é entendido como amplo critério geral, abrangendo o científico, filosófico, estético e até o poético, isto é,

*“...procurando surpreender a região monocultora, latifundiária e, por longo tempo, escravocrática, no conjunto de inter-relações dos seus vários fatores, os físicos com os de cultura, os naturais com os históricos, os eugênicos com os eutênicos, os disgênicos com os cacogênicos.(...) extrair da totalidade de inter-relações e processos naturais e de cultura que se encontrem simbioticamente confundidos e harmonizados, ou em conflito, na vida e na paisagem de determinada região, os seus traços mais característicos, os seus tipos mais representativos.”(1937:25)*

Tratar-se-ia de uma “Ecologia Social”, nos termos de G. Freyre, que pretensamente se orgulha de ser o primeiro a usar a denominação “Ecologia” num sentido social ou humano<sup>10</sup>. Todavia, o que é relevante neste “uso” é notar a insistente preocupação do autor em fugir do estreito ecologismo geométrico reducionista de fatos culturais e humanos a fatos físicos e naturalísticos, embora ressaltando a premente necessidade da utilização dos elementos naturais/ecológicos na compreensão e explicação dos fenômenos sociais. Os animais, os vegetais, os minerais, as composições do solo, etc, devem ser considerados como valores – mesmo que esta “valoração” só tenha sentido e possibilidade de um ponto de vista humano – no estudo sociológico das inter-relações de uma região determinada. Este ponto de vista valorativo da ocupação humana do espaço não permite o fisicismo/naturalismo em tais estudos, bem como a atribuição de valor às bases ecológicas/naturais de uma região não permitem um exclusivo culturalismo(Freyre, 1937:27). Portanto, o que transparece nesta “ambivalência” de campos científicos é a busca por uma certa “interdisciplinaridade”, embora Freyre não utilize este termo correntemente.

Porém, parece bastante elementar que a construção desta “Ecologia Social” proposta por G. Freyre não pode dispensar a prática e a elaboração interdisciplinar. Em verdade, tal concepção se constitui em uma necessidade do processo científico do modo como G. Freyre o delineia, percebido através da construção dos seus objetos de investigação e da maneira como procura compreendê-los e explicá-los. No entanto, embora a necessidade de interdisciplinaridade no estudo da tal “Ecologia Social” fique patente, esta prática científica quando processada pelas ciências sociais deve tomar como ponto de partida o interesse em situações sociais criadas por distribuições e movimentos humanos em espaços físico-sociais. Como bom sociólogo, G. Freyre pretende a elaboração de uma perspectiva socioecológica nesta interface de conhecimentos<sup>11</sup>, a qual aponta como extremamente necessária, embora reconheça a intrincada complexidade aí presente<sup>12</sup>.

### ***A preocupação ambiental em Casa-Grande & Senzala***

A focalização desta obra de G. Freyre não se dá somente por que ela é de grande expressão e um clássico da sociologia brasileira<sup>13</sup>, mas, e principalmente, porque, sendo tudo isto, e também seu primeiro trabalho, desde então os elementos ambientais/ecológicos já foram alvo e integrados na reflexão sociológica do autor. A compilação de passagens de cunho ambientalista em sua obra máxima ilustra a importância de tal preocupação em sua trajetória intelectual, refletida posteriormente também em outros trabalhos que não alcançaram a mesma repercussão<sup>14</sup>. O que releva em Casa-Grande & Senzala para a temática ambiental, portanto, não é o centralismo desta questão, mas justamente a recorrente menção a aspectos desta temática para melhor ilustrar a compreensão e explicação dos processos peculiares da formação da sociedade colonial brasileira, seus limites, potencialidade e consequências, muito do que ainda hoje continua condicionando nossa história de modo intenso.

Há que destacar, também, que entre os principais clássicos da historiografia e sociologia brasileiras que tratam da gênese histórica e formativa da sociedade brasileira, em seus primórdios<sup>15</sup>, C.- G. & S. é o único que realmente dá aos aspectos ambientais/ecológicos uma importância maior, fazendo-os, inclusive, incidir sobre a análise e a explicação dos fenômenos sociais investigados. Holanda (1936;1997), em sua obra mais difundida, *Raízes do Brasil*, praticamente não toca no assunto, embora seja verdade que em outros trabalhos posteriores tenha abordado aspectos da questão<sup>16</sup>. Já Prado Jr. (1942;1987), em seu *Formação do Brasil Contemporâneo – Colônia*, menciona alguns problemas relacionados à problemática ambiental, como a monocultura e a frenética derrubada de amplas áreas de matas, porém não se atém a aprofundar a temática, nem mesmo em notas complementares. Em *Casa-Grande & Senzala*, ao contrário, há a abordagem de diversos elementos ecológicos, além da questão de derrubadas de florestas e da monocultura, e uma profusão de notas complementares, muitas delas bastante extensas, que discutem e problematizam a temática ambiental/ecológica na busca de uma melhor compreensão do panorama social no processo formativo da sociedade brasileira.

Um destes elementos ambientais discutidos com ênfase em C. G. & S. , além da devastação florestal e da monocultura, é a questão do clima. Afirmando uma recusa ao

“determinismo” climático que muitos autores de época pareciam defender, G. Freyre não deixa, porém, de ressaltá-lo como um componente importante de influência sobre os espaços sociais:

*“Embora o clima já ninguém o considere o senhor-deus-todo-poderoso de antigamente, é impossível negar-se a influência que exerce na formação e no desenvolvimento das sociedades, senão direta, pelos efeitos imediatos sobre o homem, indireta pela sua relação com a produtividade da terra, com as fontes de nutrição, e com os recursos de exploração econômica acessíveis ao povoador.”*(1933:13)

O clima é discutido, então, através das relações que se pode estabelecer com a predisposição a doenças, com os recursos naturais disponíveis, com a capacidade de trabalho, com a orientação que toma a influência modificadora do homem em termos de desenvolvimento de tecnologias e condições de vida, etc. O clima é uma variável diferenciadora por excelência nas trajetórias sociais de ocupação dos espaços físicos, quer sejam estes temperados, glaciais, tropicais, etc<sup>17</sup>. O fato do clima brasileiro ser tropical, portanto, é um dado que deve ser levado em conta na compreensão de nossa peculiar formação histórica, tanto sob as possibilidades positivas que podem se desenvolver como sob as dificuldades aí implicadas. E a tropicalidade do clima brasileiro não se coaduna muito, segundo G. Freyre, com alguma visão edênica do território à época da colônia.

*“Neste ensaio, entretanto, o clima a considerar é o cru e quase que todo-poderoso aqui encontrado pelo português em 1500: clima irregular, palustre, perturbador do sistema digestivo; clima na sua relação com o solo desfavorável ao homem agrícola e particularmente ao europeu, por não permitir nem a prática de sua lavoura tradicional regulada pelas quatro estações do ano nem a cultura vantajosa daquelas plantas alimentares a que ele estava desde há muitos séculos habituado.”* (1933:14)<sup>18</sup>

É a partir do clima que G. Freyre vai abordar o confronto Ambiente x Civilização, uma querela muito presente nas ciências sociais na primeira metade do século XX, e com desdobramentos até a atualidade. Ao salientar as dificuldades inerentes a um clima tropical como o do Brasil, G. Freyre procura ressaltar o esforço civilizador português dentro de condições físicas bastante adversas, combatendo idéias que concluem pela superioridade dos brancos, dólico-louros, sobre outras raças. Observa o difícil triunfo lusitano no Brasil sobre a biodiversidade macro e microscópica dos trópicos, assim desvelada:

*“Nos homens e nas sementes que ele planta, nas casas que edifica, nos animais que cria para seu uso ou subsistência, nos arquivos e bibliotecas que organiza para sua cultura intelectual, nos produtos úteis ou de beleza que saem de suas mãos – em tudo se metem larvas, vermes, insetos, roendo, esfuracando, corrompendo. Semente, fruta, madeira, papel, carne, músculos, vasos linfáticos, intestinos, o branco do olho, os dedos dos pés, tudo fica à mercê de inimigos terríveis.”*(1933:16)<sup>19</sup>

Portanto, segundo G. Freyre, não seria possível aceitar comparações superficiais entre a colonização portuguesa no Brasil tropical e a anglo-saxônica na América do Norte, que concluem pela superioridade destes últimos enquanto raça. O Brasil, por ser tropical, guarda uma posição peculiar em seu processo de colonização dentro de condições físicas também adversas, pois se nos trópicos se pode viver sem esforço da abundância de produtos “espontâneos”, há também a exuberância de formas perniciosas de vida vegetal e animal para qualquer tipo de empreendimento, agrícola ou não, que seja sistemático e regular<sup>20</sup>. É no sentido desta argumentação que encontramos a menção ao fato da semelhança de vegetação e clima entre a Europa e a América do Norte<sup>21</sup> ser um fator de vantagem biológica para o sucesso da colonização inglesa nos EUA e Canadá, o que Crosby(1986;1996) veio a expor muito mais tarde<sup>22</sup>, e de não terem os europeus o mesmo êxito na reprodução de sua sociedade onde os quadros naturais se diferenciavam flagrantemente, como nos trópicos.

A crítica da monocultura da cana e da desarvorada derrubada da mata, processos intimamente relacionados, que G. Freyre efetua em C. G. & S., é feita de modo a correlacionar outros fatores ecológicos e sociais e apontar consequências tangíveis disso na realidade social da colônia. Os elementos centrais na formação social da colonização portuguesa do Brasil eram, para G. Freyre, a monocultura, a escravidão e o patriarcalismo. Porém, observa ele, se tivesse que condicionar ou subordinar um elemento à outro, caberia à monocultura latifundiária a primazia, pois mesmo de fundamental importância, a escravidão só veio a se implantar em função desta monocultura açucareira<sup>23</sup>. Também a esta monocultura latifundiária, que devastou impiedosamente a cobertura florestal de quase um terço do território, são creditadas as crises alimentares violentas que assolaram a colônia.

*“No caso da sociedade brasileira o que se deu foi acentuar-se, pela pressão de uma influência econômico-social – a monocultura – a deficiência das fontes naturais de nutrição que a policultura teria talvez atenuado ou mesmo corrigido e suprido, através do esforço agrícola regular e sistemático. Muitas daquelas fontes foram por assim dizer pervertidas, outras estancadas pela monocultura, pelo regime escravocrata e latifundiário, que em vez de desenvolvê-las, abafou-as, secando-lhes a espontaneidade e a frescura. Nada perturba mais o equilíbrio da Natureza do que a monocultura, principalmente quando é de fora a planta que vem dominar a região.”(1933:34)*

.....  
*“Era a sombra da monocultura projetando-se por léguas e léguas em volta das fábricas de açúcar e a tudo esterilizando ou sufocando, menos os canaviais e os homens e os bois a seu serviço.”(1933:40)*

Assim, na formação da sociedade brasileira agiu o mau regime alimentar decorrente da monocultura e da inadequação deste ao clima. Até mesmo as normatizações da coroa portuguesa que mandavam os proprietários de terras cultivarem roças de mandioca em pequena proporção à cultura da cana e também deixarem faixas de floresta entre as grandes áreas dos canaviais para abastecerem, a primeira, a subsistência, e a segunda a lenha necessária aos engenhos, não foram respeitadas. O afã pelo açúcar a tudo monocultivava<sup>24</sup>. Mas nesta crítica à monocultura não poderia deixar de ser investigado também o método brutal adotado para a sua implantação:

*“...o português tornou-se um dos fundadores da moderna agricultura nos trópicos por meio da combinação de métodos e valores trazidos da Europa com métodos e valores indígenas. A adoção da coivara pelo agricultor português no Brasil ilustra até que ponto foi essa combinação nem sempre feliz de métodos. Devemo-nos mais uma vez recordar de que, embora o português, antes de seu contato com a América, já se entregasse à devastação de matas, ele aqui encontrou a devastação a fogo de florestas tropicais praticadas sistematicamente pelos indígenas. Método que adotou.”(1933:268)<sup>25</sup>*

Todavia, outros elementos ambientais/ecológicos são também relevados em C.- G. & S., como as observações sobre as águas e os rios. Segundo G. Freyre, os rios maiores possibilitaram a dispersão dos colonizadores pelo território através da navegabilidade, enquanto foram os rios menores, tão pouco valorizados nos estudos sociogeográficos do país, que tornaram possível a sedentariedade rural.

*“Tanto mais rica em qualidade e condições de permanência foi a nossa vida rural do século XVI ao XIX onde mais regular foi o suprimento de água; onde mais equilibrados foram os rios ou mananciais.”(...)*  
*“...aos rios menores, tão mais prestadios, falta o estudo que lhes fixe o importante papel civilizador em nossa formação; ligados às nossas tradições de estabilidade tanto quanto os outros.” (1933:25-6)*

Uma contribuição parcial a este estudo de que fala G. Freyre ele mesmo vai realizar quatro anos mais tarde em *Nordeste*, e não só através de uma efetiva homenagem à importância que exerceram os pequenos rios na colonização brasileira, mas, mais amplamente, também efetuando uma verdadeira reflexão sobre a problemática da água, entre outras, como componente essencial nas relações do homem com seu meio. Porém, como se percebe, este já é um assunto de outra obra, *Nordeste*, que na verdade vai aprofundar e detalhar diversos aspectos ambientais/ecológicos já abordados ou mencionados, mesmo que de passagem, em *Casa-Grande & Senzala*.

### ***Uma “Ecologia Social”: Nordeste***

No estudo socialmente ecológico que pretendeu realizar sobre o Nordeste, enquanto região, G. Freyre retoma a crítica ácida à monocultura canavieira, colocando-a no centro de

sua reflexão, como ponto de partida para as mais diversas relações com os fatores ecológicos e sociais lá existentes: a terra, a mata, a água, os animais e o homem. E explicita que qualquer empreendimento de compreensão sociológica daquela região não pode deixar de ter em conta as marcas profundas e indelévels provocadas pelos séculos de monocultura latifundiária. Como afirma no prefácio à 1ª edição de *Nordeste*(1937:18):

*“Impossível afastar a monocultura de qualquer esforço de interpretação social e até psicológica que se empreenda do Nordeste agrário. A monocultura, a escravidão, o latifúndio – mas principalmente a monocultura – aqui é que abriam na vida, na paisagem e no caráter da gente as feridas mais fundas. O perfil da região é o perfil de uma paisagem enobrecida pela capela, pelo cruzeiro, pela casa-grande, pelo cavalo de raça, pelo barco a vela, pela palmeira-imperial, mas deformada, ao mesmo tempo, pela monocultura latifundiária e escravocrática; esterilizada por ela em algumas de suas fontes de vida e de alimentação mais valiosas e mais puras; devastadas nas suas matas; degradadas nas suas águas.”*

Na conquista do território pelo canavial, é sobre a mata que mais diretamente se abate a sua implantação exótica, varrendo de amplas áreas a biodiversidade vegetal e, por conseguinte, também a animal. Uma devastação efetuada em grande escala, capaz de romper, como denuncia G. Freyre, o equilíbrio apoiado nas variadas formas de vida existentes em uma mata tão exuberante, como aquela derrubada pela monocultura da cana no Nordeste úmido<sup>26</sup>; resultando possível, inclusive, desequilíbrios com reflexos amplos nos fatores climáticos, de hidrografia e de amplitude térmica.

*“Nunca foi mais violento nos seus começos o drama da monocultura que no Nordeste do Brasil. Nem mais ostensiva a intrusão do homem no mecanismo da natureza.” (...) “A natureza, sabe-se pelos estudos de ecologia do animal ou da planta, que é “essencialmente variada”. O homem rompe o equilíbrio que depende dessa variedade quando faz que uma planta única e no momento valorizada mais do que as outras cresça sobre uma região inteira. É o drama da monocultura.” (...) “Desse drama, um dos aspectos mais cruéis foi o da destruição da mata, importando na destruição de vida animal e é possível que em alterações de clima, de temperatura e certamente de regime de águas. Alterações desfavoráveis à própria cana e ao próprio senhor de engenho. Desfavoráveis à vida do homem e dos animais da região.”(1937:74)*

Outra consequência ambiental grave causada pela monocultura e denunciada por G. Freyre foi a questão da erosão dos solos e do esgotamento da fertilidade natural das terras, aspectos também intimamente relacionados com a remoção das matas ciliares que protegiam as margens dos rios nordestinos. O desaparecimento daquela vegetação de “mata adstringente” das margens dos rios, capaz de absorver a água das chuvas e reter enxurradas, além do já amplo desnudamento do solo ou da pouca proteção advinda da prática monocultora, acarretaram o assoreamento dos rios com o “húmus” da terra<sup>27</sup>. E logo daquela terra, tão nobre e tão “doce”, de massapê, elogiada profusamente por G. Freyre pela sua durável fertilidade e ampla profundidade, capaz de dar estabilidade de produção

por muitos anos mesmo quando maltratada. Uma terra de massapê resistente, portanto, de argila acomodatória, pegajenta, “doce” mas firme, diferente da terra arenosa, seca e dura, do sertão, sem a qual não teria sido possível se construir nela com solidez engenho, casa e capela e, por extensão, a colonização do açúcar que se efetivou<sup>28</sup>.

A qualidade da terra completada pela qualidade da “atmosfera”, como bem observou G. Freyre, foi um dos elementos fundamentais que tornaram possível a implantação de tão vastos canaviais no Nordeste. A expressão “qualidade da atmosfera” resume em si uma série de variáveis positivas para a cultura da cana, donde se sobressai a do regime das águas:

*“No Nordeste da cana-de açúcar, a água foi e é quase tudo. Sem ela não teria prosperado do século XVI ao XIX uma lavoura tão dependente dos rios, dos riachos e das chuvas; tão amiga das terras gordas e úmidas e ao mesmo tempo do sol; tão à vontade dentro de uma temperatura média que em Pernambuco é de 26°,5 e de uma média anual de 176 dias de chuvas; tão feliz numa atmosfera cheia de vapor de água.”(1937:53)*

Tal dependência a este ambiente pleno de ‘águas’ redundou em justas homenagens prestadas pelos homens às águas e aos rios da região, através do quase culto e poetização da água, reverenciada nos nomes de muitos engenhos e lugarejos<sup>29</sup>. Descreve G. Freyre que a água também agiu sobre a paisagem do Nordeste num sentido estético, possibilitando a propagação por todo o litoral do coqueiro-da-índia, através das marés e correntezas que conduziram as sementes, difundindo-as pela costa<sup>30</sup>. Mas, do mesmo modo, observou também que nem sempre foram idílicas as relações entre a água e o povo da região, ao relatar a ocorrência de grandes enchentes e da contaminação da água dos rios, seja por poluições ou doenças, aspecto este último atribuído principalmente ao desprezo dos donos de usina de açúcar, sucessores atuais dos antigos engenhos, pelas águas dos rios.

*“O monocultor rico do Nordeste fez da água dos rios um mictório. Um mictório das caldas fedorentas de suas usinas. E as caldas fedorentas matam os peixes. Envenenam as pescadas. Emporcalham as margens. A calda que as usinas de açúcar lançam todas as safras nas águas dos rios sacrifica cada fim de ano parte considerável da produção de peixes no Nordeste.(...)Quase não há um rio do Nordeste do canavial que alguma usina de ricaço não tenha degradado em mictório. As casas já não dão a frente para as águas dos rios:dão-lhes as costas com nojo.(...)O rio não é mais respeitado pelos fabricantes de açúcar, que outrora se serviam dele até para lavar a louça da casa, mas não o humilhavam nunca, antes o honravam sempre.”(1937:64)<sup>31</sup>*

Também a fauna da região não foi esquecida por G. Freyre no inventário de relações ambientais/ecológicas que empreendeu em *Nordeste*. Segundo ele, os animais gozam de uma importância mística considerável na vida da gente do Nordeste canavieiro, estando presentes em suas histórias, nas cantorias folclóricas, no anedotário obscuro, na poesia

popular, etc. Porém, aponta a curiosidade de serem os animais “importados” e não tanto os “da terra” que aí aparecem. Os animais mais familiares e identificados com o homem são aqueles trazidos da Europa, enquanto os autóctones quase que continuam ainda criaturas indiferenciadas dentro da expressão genérica de “bichos”. Estes animais nativos tiveram quase que o mesmo tratamento e consideração que a mata quando confrontados com a monocultura da cana:

*“Contra a raposa e o guará, o homem do canavial recorreu à “espera”; ao veneno na banana, para a raposa; ao veneno no peixe, para o guará. E a caça se juntou à queimada, para a destruição de quanto animal do mato teve a afoiteza de querer resistir ao avanço civilizador da cana; o sonho de poder viver em paz com os novos donos da terra. Pacas, cutias, tatus, capivaras, tamanduás, onças, gatos-do mato, tudo foi ficando raro, à proporção que o mato grosso foi desaparecendo para a cana imperar sozinha.”(1937:102)*

Há que assinalar, ainda, as diversas pistas que dá G. Freyre em outras variadas passagens de *Nordeste*, as quais, se fossem seguidas, poderiam possibilitar o aprofundamento da perspectiva de uma história ambiental do país. Ele mesmo cita, como exemplo, o pouco estudo histórico voltado para a compreensão da adaptabilidade do negro no cultivo com a floresta, ao invés de destruí-la como o branco, ou mesmo, de uma óptica mais bibliográfica, o clamor pioneiro de Duarte Coelho, primeiro donatário de Pernambuco, contra a devastação indiscriminada da floresta<sup>32</sup>. Ou ainda a problemática, que permanece atual, da introdução de árvores exóticas, seja com fins estéticos nas cidades ou de produção nos campos, com suas graves e nefastas consequências ecológicas para a fauna e a flora nativas<sup>33</sup>.

### ***Equilíbrio Ambiental e Planejamento Espacial: a Rurbanização***

Interessado na perspectiva socioecológica das situações sociais criadas pelas distribuições e movimentos humanos em espaços físico-sociais, como declarou ter sido sua preocupação específica em *Nordeste*, G. Freyre vai derivar desse critério as reflexões e propostas que postula sob o rótulo de *Rurbanização*. Este é, efetivamente, um trabalho preocupado em derivar logicamente da compreensão socioecológica dos fenômenos recorrentes em espaços sociais propostas de planejamento e ordenamento para estes mesmos espaços físico-sociais, que possam apontar para uma condição de maior equilíbrio ambiental. Retomando de Casa-Grande & Senzala o argumento da vocação brasileira para a conciliação de contrários aparentemente inconciliáveis, dos equilíbrios de antagonismos

(valores senhoris com servis, europeus com não-europeus, mediterraneidade com eceanicidade, etc), G. Freyre vai propugnar a harmonização entre outros dois “contrários”: o rural e o urbano<sup>34</sup>. Decorre esta idéia da crítica que faz a um desenvolvimentismo glorificador do ‘pendor urbanóide-industrialóide’, que identifica estar se implantando no país, causador de diversos tipos de desequilíbrios: ecológicos, demográficos, geográficos, de renda e condições de vida, etc. E, segundo sua visão, seriam os ruralitas mais vítimas do que os urbanitas:

*“...de impactos de progressismos ou tecnologismos, de vantagens, alguns deles, mais a grupos que a coletividades. Progressismos que sejam introduzidos em espaços rurais com prejuízos para suas gentes e seus moradores mais valorosos. Poluições. Degradações de recursos naturais. Desequilíbrios ecológicos: isto é, desequilíbrios nas relações de ruralitas com seus ambientes ou com suas ecologias. Vêm se constatando, neste particular, até mortes de rios. Devastações de matas protetoras, quer de águas, quer de gentes. Extinções de fontes já antigas de alimentação de ruralitas como peixes e aves. Introduções de exóticas doenças terríveis em consequência: das alterações em interrelações regionais de vida. Ao que se acrescenta o que vêm sendo desequilíbrios, através de explorações por poderes econômicos, do braço trabalhador. Restrições a oportunidades de trabalho remunerador para ruralitas jovens, causando emigrações consideráveis deles para outros espaços do país.” (1982:24-5)*

Todavia, se esta tendência pan-urbanizante é desequilibradora, não lhe serve de alternativa o mero elogio da ruralidade:

*“Trata-se de uma rejeição à mística absoluta de urbanização, por um lado, e, por outro lado, ao sonho lírico de alguns de se conservarem populações inteiras dentro de formas arcaicamente rurais de vida. Numerosas populações poderiam viver com vida mista: juntando a urbanismos, ruralismos como que desidratados sem deixarem de corresponder ao apego que parece haver na maioria dos seres humanos a contatos com a natureza. Com a terra. Com águas de rios, com árvores, plantas e até matas.” (1982:57)*

Portanto, é a partir da compreensão proporcionada por sua perspectiva socialmente ecológica que ocorre a G. Freyre pensar o planejamento do espaço, através de subsídios e formulações de políticas capazes de diminuir o crescente desequilíbrio ambiental constatado. Este planejamento deve propugnar pela complementação de atividades primárias e secundárias e pela integração de espaços, esforços e estilos de vivência, o que se torna possível, segundo seu ponto de vista, devido a grande escalada de conhecimentos científicos e tecnológicos que possibilitam anular as clássicas diferenças de áreas, especificamente identificadas como urbanas e rurais<sup>35</sup>.

A idéia de viver uma “vida mista”, de conciliar “contrários”(rural X urbano), nasce de aceitação da tipologia dualista proposta em termos sociológicos enquanto “*Diferenças fundamentais entre o mundo rural e o urbano*”, título do artigo de Sorokin, Zimmermann e Galpin, publicado na década de 30, nos EUA<sup>36</sup>. Tratar-se-ia de uma adaptação desta tipologia a situações “intermediárias”, proposta pelo mesmo Galpin através do neologismo

sociológico inglês *Rurban*, que G. Freyre importou aportuguesando para rurbano, usando-o pela primeira vez, segundo ele, na obra *Sociologia: introdução ao estudo dos seus princípios*(1945). O seu significado é a tentativa de estabelecer uma mediatriz entre duas situações ou estados polarmente opostos, que seriam o rural e o urbano. Um estado intermediário que criaria um tipo psicossocioculturalmente misto, denominado de rurbanita<sup>37</sup>, já que a rurbanização seria uma concepção:

*“definidora de uma situação intermediária entre a puramente rural e a exclusivamente urbana – pois que a define como posição mista, dinâmica e conjugal entre os valores que aquelas vidas representam.”* (1982:43)

*“Um processo de desenvolvimento socioeconômico que combina, como formas e conteúdos de uma só vivência regional – a do Nordeste, por exemplo ou nacional – a do Brasil como um todo – valores e estilos de vidas rurais e valores e estilos de vida urbanos. Daí o neologismo: rurbanos.”* (1982:57)

Mesmo sem superar o viés dualista que está na origem de sua análise socioespacial, G. Freyre pretende contrapor à tendência desenvolvimentista urbano-industrial uma concepção sociológica de desenvolvimento capaz de juntar o moderno ao ecológico, o técnico ao telúrico, que seria a rurbanização. Esta necessitaria de uma política social, de extensão nacional, que introduzisse “valores urbanos” entre os ruralitas, mas sem que isso viesse a acarretar em “urbanização”, mas sim em conciliações daqueles valores com “permanências rurais”<sup>38</sup>. Seria a criação e o desenvolvimento de uma nova “mentalidade rurbana”:

*“Por conseguinte, rurbana não apenas no sentido que de ordinário se atribui à palavra criada por Galpin para definir situações intermediárias entre a puramente urbana e a puramente rural, mas no que expandindo idéia do professor Cole, venho, no Brasil, procurando desenvolver para caracterizar situação mista, dinâmica e, repito, conjugal, fecundamente conjugal: terceira situação desenvolvida pela conjugação de valores das duas situações originais e às vezes contrárias ou desarmônicas, quando puras.(...)Pois rurbana é palavra derivada de rural e de urbana como certos nomes modernos de meninos que se chamam Jomar, pelo fato de o pai chamar João e a mãe, Maria;”*(1982:82-3)

O processo de ‘rurbanização’ pregado por G. Freyre viria para possibilitar uma real integração dos espaços nacionais, diminuindo desigualdades e ampliando as possibilidades de contatos culturais, recreativos, econômicos e sociais, caracterizando-se por uma política sistemática de integração dos “*numerosos brasileiros segregados hoje nos borrarhos de suas aldeias*”<sup>39</sup>. A televisão, diz G. Freyre, resolve em parte esta segregação, mas há outras dimensões importantes a se considerar. Como a dos meios e vias de transportes e comunicações, que concorrem, segundo ele, para mais saudável articulação entre atividades rurais e urbanas<sup>40</sup>. Porém, se o desenvolvimento tecnológico é positivo quando permite o

acesso variado de bens, serviços e oportunidades a fatias crescentes das populações dispersas pelo país, há sempre que atentar para a outra face da moeda, tão ou mais presente neste processo, como observa G. Freyre(1982:105):

*“Isso nos leva a considerar a presença da tecnologia na vivência humana, nos seus aspectos não apenas positivos, porém negativos, e estes, em grande parte, através das maciças urbanizações que se vêm verificando nas últimas décadas. Sobre o assunto são quase trágicas as perspectivas que nos abrem ecólogos idôneos. O próprio futuro da tecnologia, como possível corretivo dos males já trazidos para o homem urbanizado pela mesma tecnologia até o presente, não pode depender, como vinha dependendo, de recursos naturais ilimitados e de uma capacidade virtualmente também ilimitada da biosfera para assimilá-los. É a tecnologia que, diante da própria filosofia tecnológica, se sente impotente.”*

Este alerta crítico de G. Freyre vem no sentido de postular políticas de ordenamento socioespacial que garantam uma melhor qualidade às formas sociais de vivência e convivência, combatidas tanto no campo como na cidade, pela identificação unívoca de tecnologia e industrialismo com a maciça urbanização. Portanto, seria necessário livrar o país, tanto dos excessos já evidentes de uma patológica urbanização quanto dos arcaísmos de um ruralismo romântico; papel este da ‘rurbanização’, que contendo valores positivos do rural e do urbano, seria capaz, segundo ele, de solucionar pela dinamização da ocupação dos espaços biossociais os problemas de êxodo rural para as cidades. Mas, todavia, depende este maior equilíbrio de ocupação dos espaços urbanos e rurais, representado pela ‘rurbanização’, da afirmação de uma nova ‘visão tecnológica’, não apenas material mas também social, baseada em limites para o crescimento econômico e de inclusão da natureza/ambiente em suas formulações. Esta nova visão tecnológica deve se preocupar em contrapor limites ao desordenado e desigual crescimento urbano e econômico.

*“À mística de que as grandes cidades não devem parar contrapõe-se hoje a oposta: a mística de que tais crescimentos estão se fazendo acompanhar de tal modo de desequilíbrios ecológicos, através dos efeitos de crescentes poluições, de crescentes desajustes entre o suprimento de alimentos e aumento de populações urbanas, de crescente devastação, por empreendimentos urbanos descontrolados, de recursos naturais, que é realmente preciso parar o crescimento desordenado.”* (Freyre, 1982:106)<sup>41</sup>

G. Freyre vai citar como exemplo do que propõe em termos de ‘rurbanização’ no Brasil, uma experiência de planejamento espacial levada a cabo em Curitiba por ocasião do segundo mandato de Jaime Lerner naquela prefeitura. O projeto, denominado *Comunidades Rurbanas*, subsidia-se das formulações de G. Freyre, como este mesmo reconhece, e propõe-se como uma “reforma agrária viável”. A implantação deste planejamento se daria em espaços artificialmente “construídos” em termos sociais, como demonstra a exposição sobre o que seria a sua operacionalização:

*“As Comunidades Rurbanas seriam implantadas ao longo de rodovias, pelas facilidades de acesso e porque ali a estrutura de propriedade é bem definida. Escolhido o local, seria aberta uma rua paralela à margem da rodovia. De frente para a rua, lotes de mais ou menos um alqueire, destinados aos trabalhadores rurais e suas famílias. As casas ficariam junto à rua. E, nesta faixa, os equipamentos básicos: escola, centro social, comércio, áreas de lazer e recreação. Nada de infra-estruturas caras. Cada núcleo totalizaria 100 lotes.”*<sup>42</sup>

Muitas contestações podem ser dirigidas a essa idéia de ‘rurbanização’ de G. Freyre, em termos teóricos ou políticos, tendo em vista sua concepção dualista original e a não problematização de diversas outras variáveis incidentes quando se trata de propostas sociais de amplo alcance público, como a questão da distribuição da terra e da renda no país. Porém, não se pode negar a sua lúcida contribuição às reflexões que postulam um projeto de desenvolvimento alternativo para o Brasil, seja através de sua recorrente preocupação com a temática ambiental/ecológica, seja mais concretamente na busca de formulações mais equilibradas para o planejamento socioespacial, como a pretendida na ‘Rurbanização’<sup>43</sup>. Permanecem, portanto, bastante válidas as indagações que levanta ao final daquela obra, se as formas rurais de vivência são necessariamente anti-progressistas ou anti-modernas, ou não poderiam ser, sob outra visão social a predominar, antecipações ou reelaborações de formas já pós-modernas de vida<sup>44</sup>.

### ***Quase Conclusão***

O propósito colocado para este trabalho, em seu início, postulava uma possível conclusão ou resposta a questão de ter sido ou não G. Freyre um historiador ou sociólogo ambiental *avant la lettre*. Enquanto cientista social, ele próprio nunca se declarou um estudioso de tal “modalidade” de investigação. Em nosso entendimento e conforme pretendemos ter evidenciado ao longo deste trabalho, a sua concepção e a necessidade científica de compreender melhor e mais amplamente os fenômenos sociais levaram G. Freyre a praticar a integração de conhecimentos produzindo um tipo de interdisciplinaridade profícua, guiada por seus objetos de pesquisa, alimentando-se de muitas e diversas fontes, das mais variadas áreas da ciência. A busca por compor um painel equilibrado das interações recíprocas entre os grupos sociais e seus palcos ambientais, entre a cultura e a natureza, a sociedade e seu espaço físico, está presente na sua reflexão e pensamento, que são então elaborados por um escritor com treino sociológico e antropológico, como ele mesmo se definiu.

Não obstante isso, é verdade indiscutível que verteu páginas que são mesmo modelares no que se concebe hoje como História Ambiental. Como cientista social, é de se admirar a recorrência precoce da preocupação com a temática ecológica, com desdobramentos até em suas obras mais tardias, onde já procurava, então, derivar proposições mais concretas de suas reflexões socioecológicas e socioespaciais, mesmo que neste último caso haja os evidente problemas de dualismo teórico e solapamento de variáveis sócio-políticas, como já observamos. Inegável, contudo, é o seu esforço na busca por um projeto de desenvolvimento que proceda mais equilibradamente as ocupações dos espaços sociais. E equilibrado num sentido amplo, do ambiental ao social, do ecológico ao populacional, do econômico ao político e cultural.

Talvez não seja tão relevante concluir definitivamente sobre a questão colocada no início deste trabalho: ela serviu sobretudo como um *mote* a partir do qual pudemos examinar e explanar as considerações que fez G. Freyre sobre a temática ecológica/ambiental em algumas de suas obras. Na verdade, talvez não seja tão relevante concluir se ele foi ou não um precursor não reconhecido da História Ambiental, pois tal raciocínio sempre encerra o perigo de uma busca incessante de antecessores e de localizações exatas dos fatos históricos no tempo, o que é inócua sob um ponto de vista teórico-metodológico que deve priorizar as relações explicativas entre estes fatos e seus leques de consequências. Mais importante é que a questão tenha servido para descortinar sua contribuição também a este campo de investigação, a qual parece ser uma novidade ainda não muito difundida e refletida teoricamente.

Seu exemplo indica que a reflexão científica, e a histórica e sociológica em particular, não deve se negar, antes pelo contrário, deve se processar de modo a compreender as inter-relações recíprocas entre a sociedade e a natureza. Cabe a nós, hoje, a partir do que e como ele nos desvelou, avançarmos em termos de reflexão científica e conjugações propositivas. Assim, talvez estejamos dando um modesto passo na direção de tornar o mundo um pouco mais agradável para todos.

### **Notas:**

1. Epígrafe citada por G. Freyre em *Rurbanização: que é?*(1982). Aproveito para agradecer aqui as considerações construtivas que fizeram a este trabalho José A. Pádua, Jacqueline Hermann e Rosa Monteiro.
2. Fruto em boa medida dos movimentos e crises ambientais que a partir de então tiveram força de emergência e visibilidade social. Cf. Drummond(1991:180), Alier(1995:168) e Worster(1990:1088).
3. “*Placing nature in history*” nos termos de Cronon(1990:1122). Na definição de Worster(1990:1089), “...*environmental history deals with the role and place of nature in the human life.*”, tendo como meta “...to

*deepen our understanding of how humans have been affected by their natural environment through time, and conversely and perhaps more importantly in view of the present global predicament, how they have affected that environment and with what results.”.*

4. À propósito, este livro é citado por Drummond(1991), ao inventariar alguns autores brasileiros com produção relevante para a história ambiental. Todavia, não merece mais do que um pequeno parágrafo e ainda uma crítica de, no seu entender, não aprofundar os aspectos da ciência natural. Se esta é válida, então esta crítica deveria também ser estendida a outros historiadores ambientais considerados por Drummond como fundadores da modalidade de estudo, como Crosby(1986;1996), por exemplo, o que não é feito. Inclusive, e além disso, uma boa parte da tese de Crosby na referida obra é praticamente a mesma que G. Freyre levantou com quase 50 anos de antecedência, ou seja, que as condições naturais dos trópicos anularam as possíveis “vantagens biológicas” dos europeus, dificultando ou mesmo impedindo a reprodução social de seu modo de vida, mesmo quando estes eram econômica e politicamente dominantes. Voltaremos a este assunto adiante.

5. Cabe observar, porém, que o assunto deste livro já havia sido abordado por G. Freyre no livro *Quase Política*, publicado em 1950, sob a denominação de “*Sugestões para uma nova política no Brasil: a rurbaña*”, editado como opúsculo posteriormente em 1956.

6. Ver, por exemplo, Graziano da Silva(1997), Graziano da Silva *et al.*(2000), Carneiro(1997), Froehlich(1997), Wanderley(1997), Schneider & Navarro(1998), Sachs & Abramovay(1998).

7. Página XXXIX. Para melhor identificação dos textos de G. Freyre nos seus contextos de época, o que é de interesse direto aqui, *Casa-Grande & Senzala* será remetido sempre ao ano de sua primeira edição (1933), bem como *Nordeste*(1937), embora tenhamos consultado edições mais recentes que constarão na bibliografia.

8. Decorrência da importação do modelo positivista clássico de cientificidade das ciências naturais para as sociais/humanas.

9. Prefácio, p. XL.

10. Freyre (1982:25)

11. Segundo Freyre(1937:28), dado o dinamismo cultural e social do homem frente à natureza, não se poderia limitar ao estudo do meio físico, clima, etc.: “...pois com relação aos animais, aos vegetais, à natureza infra-humana, o cientista que for puro zoólogo ou puro botânico não tem senão que descrever-lhes o comportamento e a composição ou as formas; medir-lhes os volumes. Enquanto com os seres humanos, o cientista entra em relação de “compreensão” com os objetos de estudo que são antes seres “compreensíveis” que “mensuráveis”. A discriminação estabelecida por Richert e desenvolvida por Max Weber aproveita ao ecologista humano, cuja função não é só descrever e medir regiões históricas, mas tentar compreendê-las, dado o que há nelas de efeito ou criação de influências humanas, isto é, históricas e de cultura, limitadas, é claro, pelas condições regionais de clima, de solo, de vegetação, de topografia, de vida animal.”.

12. Sobre a relação entre complexidade e “interdisciplinaridade”, afirma Freyre(1982:19): “Quando são considerados espaços que, físicos, são também, pela sua ocupação por grupos humanos, sociais, e assim complexos só através dos saberes assim amplos, serem compreendidos e interpretados;”.

13. Sobre o contexto, o significado intelectual e a interpretação de C.-G & S. quando de sua elaboração e posteriormente, ver Paula(1990) e Araújo(1994). Sobre o conjunto da obra e do pensamento de G. Freyre, ver Amado *et alii*(1962).

14. Como os próprios *Nordeste* e *Rurbanização: que é?* analisados aqui. Também abordando mais especificamente esta “preocupação ambiental”, há *Transformação Regional e Ciência Ecológica*(1969), *Cana e Reforma Agrária*(1970), *A Amazônia brasileira e uma possível lusotropicologia*(1964), *O Pará Amazônico: seu relacionamento com o Brasil total*(1982).

15. Além de *Casa-Grande & Senzala*, consideramos entre estes clássicos mencionados *Raízes do Brasil* (Sérgio B. de Holanda, 1936) e *Formação do Brasil Contemporâneo - Colônia* (Caio Prado Jr., 1942).

16. Conforme Drummond(1991:193), estas obras seriam *Monções*(1990) e *O Extremo Oeste*(1986).

17. Sobre estas considerações, ver C. G. & S. pp.12 a 16. As notas 43 e 45 (pp.63-4) complementam esta discussão e trazem uma variada relação de livros e autores que discutem as diversas relações que se pode estabelecer com o clima. Também para uma relevante interpretação a este respeito em Freyre, ver as observações de Araújo(1994).

18. Inclusive menções a secas e enchentes já eram correntes desde o primeiro século de colonização, como atestam as *Cartas do Brasil*(1549-1560), do Padre Nóbrega, citado por G. Freyre(1933) na nota 48, p.64.

19. Ver também nota 118, p.176.

20. G. Freyre(1933) afirma, à propósito, que os portugueses tiveram mais êxito nos trópicos do que outros europeus, citando, inclusive, o fracasso de experiências colonizadoras destes últimos em terras tropicais e equatoriais, como Old Providence e Bahamas. Ver passagens pp. 12 a 16.

21. Creditadas a observações anteriormente feitas por Alberto Torres (*O Problema Nacional Brasileiro*, 1914) e a Konrad Guenther (*Das Antlitz Brasiliens*, 1927), conforme nota 49, p.64. Aliás, G. Freyre foi um contumaz leitor de A. Torres, a quem cita profusamente, este que foi um dos pioneiros no pensamento político sobre a natureza no Brasil (Cf. Pádua, 1986).
22. Conforme nota 4 deste trabalho.
23. Freyre(1933), nota 149, p.83.
24. Ainda sobre esta relação monocultura x alimentação, ver também pp.32-3. Freyre ilustra bem esta questão citando à nota 113, p.77, a seguinte passagem de Josué de Castro: “*a monocultura intempestiva de cana, destruindo quase inteiramente o revestimento florestal da região, subvertendo por completo o equilíbrio ecológico da paisagem e entravando todas as tentativas de cultivo de outras plantas alimentares no lugar, constituiu-se degradante da alimentação regional(...)*”. “*No Nordeste do Brasil os hábitos alimentares prejudiciais à saúde foram em consequência quase que exclusiva da monocultura e do latifundismo.*” Sobre as referidas normatizações da coroa portuguesa ver Freyre(1937), nota 12 (p.108) e nota 6 (p.84). Também Prado Jr(1942; 1987) pp.216-7.
25. Freyre menciona como referência importante sobre o assunto O. F. Cook (*Milpa Agriculture, a primitive tropical system*;1921). Outras observações interessantes sobre a coivara na nota 217, p.185.
26. “*O canalial desvirginou todo esse mato grosso do modo mais cru: pela queimada. A fogo é que foram se abrindo no mato virgem os claros por onde se estendeu o canalial civilizador mas ao mesmo tempo devastador.*”(…) “*...mas foi com o começo da exploração agrícola que o arvoredo mais nobre e mais grosso da terra foi sendo destruído não aos poucos, mas em grandes massas.*”(1937:73). Sobre a relação monocultura X latifúndio, ver também p.79.
27. “*De modo que não passa da mais vazia das retóricas culpar os rios do Nordeste por essa desnudação que vem das causas humanas:da coivara, da queimada, da monocultura. Esses rios não têm sido ladrões de terras férteis senão a mandado ou por imposição dos homens. O grande ‘ladrão de terras’, escreveu Bennett no seu estudo sobre a erosão do solo nos Estados Unidos, é o monocultor. Ele nem sequer esgota a fertilidade dos campos no interesse de sua lavoura única, mas deixa que essa fertilidade se dissolva nos rios até se perder no mar.*”(1937:56). Interessante é notar o acesso e a menção à literatura científica americana e, em menor grau, brasileira, sobre a erosão que faz G. Freyre neste trabalho(ver p. 67, notas 4 e 5). Indica que já havia um bom conhecimento a respeito da questão desde os inícios do século XX, apesar de, no Brasil, passarmos por uma modernização da agricultura nos anos 60 e 70 pouco preocupada com isto, temática que só começou a ter realmente respaldo nos meios oficiais a partir do movimento ambientalista nos anos 80.
28. “*A qualidade do solo, completada pela da atmosfera, condicionou como talvez nenhum outro elemento, essa especialização regional da colonização da América pelos portugueses que foi a colonização baseada na cana-de-açúcar; e dizendo-se esta frase banal, diz-se ao mesmo tempo uma verdade muitas vezes esquecida.*”(Freyre:1937:43).
29. Freyre(1937:57-8)
30. Freyre(1937:63).
31. Falando dos rios limpos de antigamente, que serviam aos banhos e subsistência, denuncia G. Freyre já em 1937 uma poluição ambiental que atinge com suas consequências principalmente os mais pobres: “*Esses rios secaram na paisagem social do Nordeste da cana-de-açúcar. Em lugar deles correm uns rios sujos, sem dignidade nenhuma, dos quais os donos das usinas fazem o que querem. E esses rios assim prostituídos quando um dia se revoltam é a esmo e à toa, engolindo os mucambos dos pobres que ainda moram pelas suas margens e ainda tomam banho nas suas águas amarelentas como se o mundo inteiro mijasse ou defecasse nelas.*”(1937:65)
32. Freyre(1937), pp.80-1; 118-9.
33. Afirmando que a introdução de plantas exóticas não é um ato inócuo por afetar as relações de interdependência entre vida vegetal e animal de uma região, G. Freyre vai ilustrar seu argumento citando o eucalipto, tão conhecido e difundido hoje pelo país: “*Se o passarinho do Nordeste não pode se refugiar no eucalipto, nem fazer o seu ninho nessa árvore magra e godera, que suga tanto a terra e dá tão pouca sombra ao homem e tão pouco abrigo ao animal, a sua disseminação em parques e até em matas inteiras significa um perigo para a vida não só vegetal, como animal e humana, da região. Porque dessas aves, que estão sendo sacrificadas pelo triunfo cada vez maior do eucalipto, depende a saúde de muita planta útil ao homem e à economia da região, que os pássaros defendem, como nenhum agrônomo, das lagartas e dos vermes daninhos. O caso do anum ou do alma-de gato-, por exemplo, cuja ação profilática dificilmente se pode exagerar.*”(1937:77)

34. Sobre a importância da noção de ‘equilíbrio de antagonismos’ no pensamento de G. Freyre, ver as notáveis considerações de Araújo(1994).
35. Freyre(1982:17). A integração dos espaços é defendida também em função da crescente interdependência entre regiões/pessoas proporcionado pelo progresso tecno-científico: “*Vivemos, homens de hoje, num mundo cada dia mais interdependente. Mais interdependente nas relações entre culturas ou economias rurais e urbanas, dentro de um conjunto nacional, o mais interdependente nas relações entre economias e culturas nacionais. Tal interdependência não deixa espaço para purismos ou exclusivismos de espécie alguma: nem étnico nem econômico; nem político nem cultural.*”(1982:97)
36. Versão em português em Martins(1986). Sobre a aceitação da tipologia dualista mencionada ver Freyre(1982), pp. 19-20; na p.24 a expressão “comportamentos tipicamente rurais”, é ilustrativa. Também nesta mesma obra de Martins(1986) está uma brilhante contestação da utilização da tipologia dualista enquanto visão sociológica. As críticas ali contidas podem ser extensivas aos usos mais contemporâneos da palavra *rurbano*, sem maiores elaborações ou revisões teóricas, como parece ser o caso do Projeto Rurbano de Graziano da Silva que, aliás, não chega nem a creditar a G. Freyre a anterioridade no uso do termo em português, dando a impressão de tê-lo inventado. Vide seu projeto temático na *home-page* <http://www.eco.unicamp.br/projetos/rurbano.html>.
37. Freyre(1982:20)
38. Freyre(1982:24). Cita, também, nas pp.71-2 as vantagens do que considera uma “vivência rurbana” e as experiências reais da mesma que estariam em curso nos EUA.
39. Freyre(1982:105)
40. “*A construção de estradas de rodagem, estradas de ferro, portos, aeroportos, linhas de canalização, linhas de telégrafo – são obras de Engenharia Física com repercussões psicossocioculturais capazes de beneficiarem tais interrelações, sobretudo as interrelações entre gentes urbanas e gentes rurais. Obras de construção e manutenção dispendiosas, nada têm de luxos. Uma estrada de rodagem calculam entendidos ser três vezes mais dispendiosa em região tropical do que em região temperada.*” Freyre(1982:53)
41. Cita, à propósito desta questão sobre limites do crescimento, Harney Brooks (*The Technology of Zero Growth*; 1973) e J. Mishan (*The costs of Economic Growth*; 1967), demonstrando sintonia com uma problemática econômico-ambiental tão polêmica ainda até hoje. Cf. Freyre(1982), pp.105-6.
42. Excerto da transcrição de “Uma reforma Agrária Viável” de *Expresso* (Curitiba, n.8, Outubro de 1980), anexo I de *Rurbanização: Que é?* (Freyre,1982:128). No anexo II desta obra está o discurso de posse de Jaime Lerner na prefeitura de Curitiba(1981), intitulado “*Comunidades Rurbanas – a proposta e a implantação*”. Os anexos contêm, ainda, plantas e dados estatísticos sobre os lugares onde estariam sendo implantadas tais comunidades. Um elemento importante nesta operacionalização tentada por Lerner é a determinação da localização das comunidades rurbanas próxima a grandes centros consumidores ou, pelo menos, não muito distante deles, para facilitar o escoamento da produção e incremento de renda de seus residentes.
43. Cf. Pádua(1986:46).
44. Vide a valorização crescente de espaços abertos e de recursos naturais/ecológicos nas sociedades contemporâneas, além da potencial revalorização do rural como espaço não só produtor de alimentos, mas também turístico e de serviços (ver Almeida *et alii*, 2000). Continua, portanto, atualíssima e epigráfica para muitos trabalhos contemporâneos a indagação de G. Freyre(1982:118): “*Não será possível pós-modernamente conciliar-se experiência telúrica com o gozo de modernas conveniências urbanas?*”

### **Referências Bibliográficas**

- ARAÚJO, R. B. (1994). **Guerra e Paz. Casa-Grande & Senzala e a obra de Gilberto Freyre nos anos 30**. Rio de Janeiro: Ed. 34.
- ALIER, J. M.(1995) **De la Economía Ecológica al Ecologismo Popular**. Montevideo: ICARIA.
- ALMEIDA, J.; FROELICH, J. M.; RIEDL, M.(Orgs.) (2000). **Turismo Rural e Desenvolvimento Sustentável**. Campinas: Papirus Editora.
- DRUMMOND, J. A. (1991). *A História Ambiental: temas, fontes e linhas de pesquisa*. In: **Estudos Históricos**. Rio de Janeiro: Ed. Fundação Getúlio Vargas v. 4, n. 8, pp. 177-197.
- AMADO, G. *et alii*. (1962). **Gilberto Freyre: sua ciência, sua filosofia e sua arte**. Rio de Janeiro: José Olympio editora.

- CARNEIRO, M. J. (1997) *Ruralidade: novas identidades em construção*. **Anais**. XXXV Congresso Brasileiro de Economia e Sociologia Rural (SOBER). Natal: Agosto de 1997, pp.147-185.
- CRONON, W. (1990) *Modes of Prophecy and Production: Placing Nature in History*. In: **Journal of American History**. March 1990, v. 70, pp.1122-1131.
- CROSBY, A. (1996). **Imperialismo Ecológico**. São Paulo: Cia das Letras (1ª ed. Inglês 1986).
- FREYRE, G. (1933;1995). **Casa-Grande & Senzala**. Rio de Janeiro: Record. 30ª ed.
- \_\_\_\_\_. (1937; 1989). **Nordeste**. Rio de Janeiro: Record. 6ª ed.
- \_\_\_\_\_. (1950). **Quase Política**. Rio de Janeiro: José Olympio ed.
- \_\_\_\_\_. (1964). **A Amazônia brasileira e uma possível lusotropicologia**. Rio de Janeiro: Superintendência do Plano de Valorização Econômica da Amazônia.
- \_\_\_\_\_. (1969). **Transformação Regional e Ciência Ecológica**. Recife: Instituto Joaquim Nabuco de Pesquisas Sociais.
- \_\_\_\_\_. (1970). **Cana e Reforma Agrária**. Recife: Instituto Joaquim Nabuco de Pesquisas Sociais.
- \_\_\_\_\_. (1982) **Rurbanização: Que é?** Recife: Ed. Massangana/Fundação Joaquim Nabuco.
- \_\_\_\_\_. (1982) **O Pará Amazônico: seu relacionamento com o Brasil total**. Belém: Conselho Estadual de Cultura.
- FROELICH, J. M. (1997). *Poder, Tempo e Espaço no Mundo Agrário Contemporâneo*. In: **Redes**. Santa Cruz do Sul: Ed. da UNISC/Mestrado em Desenvolvimento Regional. V. 2, n. 2, Dezembro, pp. 43-60.
- GRAZIANO DA SILVA, J. (1997). *O Novo Rural Brasileiro*. In: **Nova Economia**. Belo Horizonte: v.7, n.1, pp. 43-81.
- \_\_\_\_\_. *et alii* (2000). *Turismo em Áreas Rurais: suas possibilidades e limitações no Brasil*. In: ALMEIDA *et alii*.(Orgs.) **Op. Cit.** pp. 11-48.
- HOLANDA, S. B. (1986). **O Extremo Oeste**. São Paulo: Brasiliense.
- \_\_\_\_\_. (1990). **Monções**. São Paulo: Brasiliense. 3ª ed.
- \_\_\_\_\_. (1936; 1997). **Raízes do Brasil**. São Paulo: Cia das Letras. 26ª ed.
- MARTINS, J. S. (Org.)(1986). **Introdução Crítica à Sociologia Rural**. São Paulo: Hucitec.
- PÁDUA, J. A. (1986). *Natureza e Projeto Nacional: as origens da Ecologia Política no Brasil*. In: **Série Estudos**. Rio de Janeiro: IUPERJ/Fundação Ford.
- PAULA, S. G. (1990). **Gilberto Freyre e a construção da Modernidade brasileira**. Rio de Janeiro: CPDA-UFRJ (Dissertação de Mestrado).
- PRADO Jr., C. (1942; 1987). **Formação do Brasil Contemporâneo – Colônia**. São Paulo: Ed. Brasiliense. 17ª ed.
- SACHS, I. & ABRAMOVAY, R. (1998). *Laços rural-urbanos: da oposição à sinergia*. In: **Workshop Internacional Campo-Cidade**. Curitiba: PNUD/ Governo do PR.
- SCHNEIDER, S. & NAVARRO, Z. (1998). **Agricultura e novas formas de ocupação no meio rural**. Porto Alegre: UFRGS. (Digitado).
- SOROKIN, P.; ZIMERMANN, D.; GALPIN, C. (1986). *Diferenças Fundamentais entre o Mundo Rural e o Urbano*. In: MARTINS, J. M. (Org.)(1986). **Op. Cit.**
- WANDERLEY, M. N.(1997). *O 'lugar' dos rurais: o meio rural no Brasil moderno*. In: **Anais**. XXXV Congresso Brasileiro de Economia e sociologia Rural(SOBER). Natal: Agosto de 1997.
- WORSTER, D. (1990). *Transformations of the Earth: Toward an Agroecological Perspective in History*. In: **Journal of American History**. March 1990, v. 70, pp. 1087-1106.